



VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Almeida
Alexandre

ATA N.º 06/2017

Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **José Carlos Costa Barros**, Presidente da Assembleia Municipal, **Alexandre Hermínio Drago Madeira**, Primeiro Secretário, **Miguel Moreira da Costa**, Segundo Secretário, e os membros eleitos das Bancadas do PSD, PS, CDU e BLOCO DE ESQUERDA, nomeadamente **António Manuel Cipriano Cabrita**, **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança**, **David Miguel Vasques da Silva**, **Vítor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa**, **Maria Alexandra Martins do Livramento**, **Armando José Parra da Silva**, **Jorge Manuel dos Santos Pinto**, **António José Cardoso Gomes**, **Luís Miguel Guerreiro Romão**, **Manuel da Conceição António**, **José Roberto Leitão Guerreiro**, **Ricardo José Madeira Cipriano**, **Maria Luisa Santos Currito de Oliveira e Castro**, **Rui João Gutierrez Setúbal**, **Rosa Maria Batista Ribeiro Cabrita**, **Albertina da Piedade Fernandes Madeira**, **António Filipe Parra Martins**, **Vanda da Encarnação Matias Fernandes**, **Luís Manuel Negrão Vargas** e **Alice Pereira Tristany**, e conforme Edital de 18 de julho de 2017, reuniu em sessão EXTRAORDINÁRIA, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

ABERTURA DA SESSÃO: O 1.º Secretário procedeu à chamada. No PSD registou-se a ausência de **Lara Sofia Vairinhos Rosa** que foi substituída por **Vítor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa**. Na bancada do BE, **Alice Pereira Tristany** substituiu **José Manuel Modesto Dourado** e na bancada do PS **Rosa Maria Batista Ribeiro Cabrita** substituiu **José João Rosa Gonçalves**.--

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES: -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou da correspondência recebida e enviada por mail para os responsáveis de cada uma das bancadas. Nomeadamente, do Grupo Parlamentar do PCP os Projetos de Lei relativos à 3.ª Alteração ao DL 128-2014 – Estabelece

Alvaro *Manuel*
o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local, à regularização de pessoal contratado a título precário na Administração Local e no Setor Empresarial Local e à Fixação do Regime de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios. Do Grupo Parlamentar de "Os Verdes" – Envio de Projeto de Lei sobre assistência a banhistas. A documentação atinente foi distribuída pelas diversas bancadas.-----

2. AQUISIÇÃO DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARE VNWARE E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE CENTRO DE DADOS 2017 – COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL; -----

Este ponto não foi objeto de discussão ou votação. Trata-se de uma comunicação da Câmara Municipal enviada para conhecimento da Assembleia Municipal, informando da aquisição de manutenção de software vware e serviços de manutenção de dados para o ano de 2017. O documento da comunicação foi distribuído pelas bancadas. -----

3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO ACORDO RELATIVO ÀS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DOS CAMPOS DE PADEL DO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; -----

Esta é uma proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em Reunião de Câmara de 4 de julho, com a abstenção do Sr. Vereador Álvaro Leal, da **CDU**. -----

A Sra. Deputada Municipal **Alice Pereira Tristany** declarou que o **BE** considera que há um bem concessionado, quatro campos de padel, num regime de utilização total, que significa um contrato desequilibrado para a autarquia, porque há um investimento de 50 mil euros, por parte do segundo outorgante, para ser amortizado a vinte anos, o que representa uma quantia irrisória, em seu entendimento, de duzentos e oito euros mensais. O **BE** considera que, para uma autarquia que tem graves problemas financeiros, parece uma péssima opção. E informou que o voto do **BE** seria contra e que apresentaria uma declaração de voto. -----

O Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** afirmou que queria apenas registar a intervenção do **BE** e disse que o Grupo de Padel devia ficar muito satisfeito com a posição do **BE**. Acrescentou que, se não fosse o Grupo de Padel a dinamizar esta atividade em Vila Real de Santo António, não sabia quem o faria. E concluiu que apenas queria registar a intervenção do **BE**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com o voto contra da bancada do **BE** e as abstenções da bancada da **CDU** e a ausência do deputado **Rui João Gutierrez Setúbal**.-----

A bancada do **BE** entregou Declaração de Voto que constará como anexo desta ata.-----

ilum. Alex

4. CESSAÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA PARA A ORÇAMENTAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RAMAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS; -----

Esta é uma proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 4 de julho, com as abstenções dos Srs. Vereadores Célia Paz e José Barão, do **PS**, e Álvaro Leal, da **CDU**.

Não se registaram intervenções.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com as abstenções das bancadas do **PS**, **CDU** e **BE**. -----

5. CESSAÇÃO DE CONTRATOS PROGRAMA CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA – SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA EM SA; -----

Esta é uma proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 4 de julho, com as abstenções dos Srs. Vereadores Célia Paz e José Barão, do **PS**, e voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, da **CDU**.

A Sra. Deputada Municipal **Alice Pereira Tristany** informou que o **BE** tinha uma declaração de voto escrita porque considera que cada deliberação deveria refletir a análise de uma única questão. Para o **BE**, não parece admissível a existência de propostas de deliberação que incluam assuntos ou temas diversos. Portanto, este estratagema impede que se analise e vote individualmente cada proposta. Visto que se trata de quatro contratos em discussão, em simultâneo, o **BE** vota contra essa estratégia. -----

O Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** disse que achava interessante e que hoje o **BE** vinha ao ataque. Ao fazer aquelas afirmações, parecia tratar-se aqui de coisas escondidas ou de coisas esquisitas. Acrescentou que é apenas a subdivisão que houve no tratamento das coisas em relação a Vila Real, Monte Gordo, Manta Rota. No entanto, deixa-se aqui no ar esta dúvida. Parecia que se vinha agora ensinar a história da carochinha ao João Ratão. -----

A Sra. Deputada Municipal **Alice Pereira Tristany** pediu para responder ao Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** ao que o Sr. Presidente da Assembleia replicou que não gostaria que se entrasse em diálogo, porque não era normal nestes pontos, mas, no entanto, lhe passava a palavra. -----

A Sra. Deputada Municipal **Alice Pereira Tristany** disse que o Sr. Presidente da Assembleia não tinha estado na última reunião e que, nessa reunião, o Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** resolveu pôr em causa ser a primeira vez que ela estava cá e

Alex
Mauriz

parecia que vinha ensinar aos outros. Afirmou que não vinha ensinar ninguém, que podia não ter muitos anos de Assembleia Municipal, mas que tinha também muitos anos de reuniões. O Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** sabia qual era o seu âmbito de reuniões e que nunca se tinha posto em causa este tipo de conversa. O **BE** considerou que eram quatro propostas numa só votação e foi nesse sentido que votou: a estratégia usada.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas da **CDU** e do **BE** e a abstenção dos membros da bancada do **PS**. -----

A bancada do **BE** entregou Declaração de Voto. -----

6. CONSTRUÇÃO DO PASSADIÇO SOBRELLEVADO NA PRAIA DE MONTE GORDO;-----

Esta é uma proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 18 de julho com os votos contra dos Srs. Vereadores Célia Paz e José Barão, do **PS**, e a abstenção do Sr. Vereador Álvaro Leal, da **CDU**.

O Sr. Deputado Municipal **António Filipe Parra Martins**, na sua intervenção, afirmou não pretender aprofundar a questão do passadiço em si, tema já debatido em outras assembleias, mas mais exprimir a preocupação da **CDU** sobre todo este processo envolvendo esta questão, mais uma reviravolta, neste momento, sobre a forma do financiamento da sua construção. Já houve episódios sobre as justificações em relação ao atraso das obras, justificações da não conclusão do mesmo, até os fornecedores nórdicos de madeira vieram aqui ao assunto, mas agora depara-se uma reviravolta que preocupa a **CDU** perante o facto de poder cair em cima da autarquia o custo desta obra, que, numa das últimas assembleias municipais, foi garantido que a autarquia estava a tratar do financiamento com fundos europeus. A **CDU** vai abster-se. A **CDU** já esclareceu a sua opinião em relação ao passadiço: nada tem contra, nada contra a requalificação de toda a praia. A **CDU** preocupa-se com a forma como isto está a ser feito e com o que vai ser no final do verão porque se assistiu, desde o início do ano, ao processo com os concessionários perante a iminência de demolições na praia de Monte Gordo e constata-se que se chega a outubro e corre-se o risco de voltar a ter todos aqueles empresários numa situação precária. A **CDU** sente que não estão a ser procuradas as medidas para que o processo de requalificação da praia de Monte Gordo seja feito de forma a não excluir quem trabalhou lá uma vida inteira e a permitir que o processo aconteça de forma tranquila, pacífica, ao longo do inverno. A **CDU** tem, de facto, muitas dúvidas sobre isso. -----

ilumin. A. Costa

O Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierrez Setúbal** disse que pediu a palavra para afirmar a posição do **PS** relativamente a este assunto. Ponto número, e principal, é que o PS não está, nem estará, nem esteve, contra qualquer tipo de requalificação da praia de Monte Gordo. Tem algumas dúvidas sobre a forma e o tempo da sua realização e aquilo que está aqui em causa neste processo, nesta votação, é deliberar uma autorização para um pagamento de uma obra que foi iniciada sem ter o visto do Tribunal de Contas e de uma obra que foi iniciada sem ter uma coisa tão importante que era a fonte de financiamento assegurada. De acordo com as informações que teve de referir numa anterior assembleia, o financiamento foi reprovado, o que não quer dizer que não venha a existir uma alteração desta situação, o que é facto, à data, o financiamento não se encontra aprovado e, portanto, a Câmara não tem garantias de que vai ter condições de reaver o dinheiro que agora se está a propor pagar. Mas, na perspetiva do **PS**, pior do que isso, é o fato de que foi uma obra que avançou sem ter o visto do Tribunal de Contas, visto que é obrigatório para todas as obras cujo montante ultrapassa os trezentos mil euros. Assim sendo, colocam-se algumas dúvidas, que o **PS** já teve ocasião, em sede da Câmara Municipal, de referir, sobre a legitimidade da aprovação desta proposta. Perante a falta de informações clarificadoras sobre este assunto e perante as suas próprias dúvidas, o **PS** quer reafirmar a sua posição de votar contra, não contra a obra em si, mas contra esta forma de pagamento que se diz, na proposta formulada, de pagamento provisório por conta de execução desta empreitada e esta figura, que não parece esclarecida, ou suficientemente suportada documentalmente, para que o **PS** possa ter uma posição diferente e vai votar contra pela falta de visto do Tribunal de Contas relativamente à obra, daí que vai pedir para ser transcrita para a ata a declaração de voto que já foi apresentada pela bancada do **PS** em sede de reunião de Câmara Municipal. -----

O Sr. Deputado Municipal **Vítor Manuel Figueiredo Fernandes Rosa** afirmou que folga em ouvir que a obra do passadiço é uma obra que é relevante e que todos aceitam como bem feita. Fala-se sobre o processo de financiamento, mas, em termos de obra, ainda bem que se fez. Há uns meses atrás dizia-se que era a pior das ideias e o pior dos prazos, ia pôr em causa o verão e ia pôr em causa os apoios. Fez a comparação com outras praias do país, que há muito receberam passadiços e concluiu que o facto de só agora se construírem em Monte Gordo é revelador do interesse do país sobre o Algarve e sobre o Sotavento. Quando devia ser a primeira, foi a última. De facto, não tem condicionantes naturais que outros enfrentaram. Assim, esta obra peca por tardia. Quando devia ter sido feita nos anos setenta, foi construída em pleno séc. XXI. Mais acrescentou que o passadiço não é o telhado de uma

Alexandre Martins

obra, mas é a sua fundação, porque se não se fizesse a construção dos passadiços, a recuperação dos apoios de praia nunca aconteceria. Adiar-se-ia sempre a recuperação de uma praia que é uma das melhores do país. Quanto ao pagamento da obra, quem a vai pagar é o governo. Não é um processo à revelia de Portugal. É um processo que envolve a APA e os fundos comunitários. A APA tem de fazer uma alteração orçamental para isto. Tal era vontade que eles tinham de pôr Monte Gordo no mapa das praias de Portugal. Se as outras bancadas quiserem saber mais sobre isto, só têm de mexer os cordelinhos e ir a Lisboa e perguntar para quando é isto. Vila Real de Santo António tinha de pôr a batuta e pôr os timings na agenda. Quanto ao financiamento, é verdade que qualquer obra, acima dos trezentos e tal mil euros, é obrigatório o visto do Tribunal de Contas, mas, abaixo dos novecentos e cinquenta mil euros, pode-se lançar a obra. O que está acordado com a APA é que eles encontrem forma de cabimentar os 15% da sua parte e que se encontre o fundo comunitário que, nesta primeira fase foi chumbado, é verdade, mas há de aparecer. Neste momento, está a ser pago. Era importante para Monte Gordo? Era. Era importante para Vila Real de Santo António? Era. Era importante para o Sotavento? Era. O que temos de fazer todos nós, não interessa se é a Câmara, A, B ou C, é mexer os cordelinhos para que não seja a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António a assumir uma despesa em prol da dinâmica e da reconversão de Monte Gordo. Isso é que é importante defender. Agora, se um dia tiver de ser a Câmara a pagar, isso há de ser pago. Já se pagou as piscinas, já se pagou este espaço aqui da biblioteca, já se pagou tanta coisa. O passadiço de Monte Gordo também não deixará de se pagar, seja aos nórdicos, seja lá a quem for. Agora, foi feito fora da legalidade? Não foi. Está à espera de um fundo comunitário? Está, como muitos outros investimentos. É uma obra do interesse da autarquia? É. É do interesse da APA? Também. Se calhar, forçamos um bocadinho a APA e o governo de Portugal a ir a jogo nesta coisa de Monte Gordo. Se não, ficávamos à espera. É importante para todos e já pudemos perceber que a Câmara não incorreu em ilegalidade nenhuma. O Tribunal de Contas só dará parecer quando a APA tiver a tal revisão orçamental que está a ser tratada a nível do governo de Portugal. -----

O Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierrez Setúbal** declarou que não ia comentar a intervenção anterior, mas que haveria uma questão que era essencial para isto. Foi afirmado aqui taxativamente que a obra não era ilegal, que o pagamento não era ilegal, que nada disto era ilegal. Não diz que seja. Mas, na documentação recebida, não ressalva nenhuma informação que permita, em consciência, dizer que se pode ultrapassar o facto de a obra não

unm. p. he

ter visto do Tribunal de Contas. Não há aqui nada. Dizem que é legal. Tudo bem. Mas venha uma demonstração, através de um parecer, de algo que permita superar esta situação. Desta forma, não existe. Se existe, que se faça chegar. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** disse que não há papéis a dizer que as obras são legais. As obras são legais, se houver alguma ilegalidade, é ilegal. Essa ideia de que não há uma coisa a dizer que a obra é legal não se sustenta. A obra está a decorrer com toda a legalidade. -----

O Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** referiu que, depois da intervenção do seu companheiro de bancada **Vítor Manuel Figueiredo Fernandes Rosa**, que foi uma intervenção excelente e que esclareceu perfeitamente o que se pretende, só queria acrescentar que do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, como o seu companheiro também já tinha referido, o único troço que falta era entre Vilamoura e Vila Real de Santo António. Quando ele era Presidente da Assembleia Municipal, há vinte anos, já se falava nisto e, nessa altura, já com muita urgência. Entretanto já passaram vinte anos. O grande problema que aqui houve, quando o levantaram, é o receio de que o passadiço ficasse pronto ainda com este executivo no poder e tudo tem sido feito para que as coisas corram mal. Foi a forma como foram junto dos concessionários porque, se as coisas até tivessem corrido a cem por cento, hoje não era só o passadiço que estava pronto. Eram os próprios concessionários que já tinham os apoios de praia, que já estavam a funcionar em pleno. Mas as pessoas andaram lá a atrasar com isto e com aquilo, por aqui e por ali. Mexeram cordelinhos, porque a gente sabe como as coisas são. Além disso, há uma pessoa que até se gaba pelas mesas do café que ele tem conhecimento lá em cima, que ele consegue fazer isto, que ele consegue parar aquilo, isso é que é o importante. Todas estas coisas a quem é que interessam? Quem é que ganha com isto? De certeza que não é o concelho, nem a população de Vila Real de Santo António. Se calhar só perdemos com isto e com estas atitudes. Estas politiquices só aprovam a outras pessoas que não à população de Vila Real de Santo António. E é o problema de alguém que, de vez em quando, se lembra que tem de vir a Vila Real de Santo António. Agora vem mais uma vez inventar todas estas coisas como já inventou mais umas quantas coisas. E não é com estas coisas que a gente se governa. Mas nós cá estamos e havemos de ter forças suficientes para dar continuidade às coisas. -----

O Sr. Deputado Municipal **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** disse que esta história do passadiço era igual a muitas outras histórias que se tinham passado em Vila Real

Alex

Ulisses

de Santo António. Realmente, como disseram **António Manuel Cipriano Cabrita** e **Vítor Manuel Figueiredo Fernandes Rosa**, em Vila Real de Santo António, quando se tenta fazer qualquer coisa, aparece logo uma série de gente, antes até das coisas aparecerem, a criticar de uma forma com tal rigor que até parece que são visionários que já tinham visto a obra feita. Recordou várias coisas que tinham acontecido em Vila Real de Santo António nos últimos anos que merecem aqui alguma reflexão para se pensar naquilo tudo que se disse antes das coisas acontecerem e aquilo que foi realmente depois das coisas acontecerem. Quando Vila Real Santo António trouxe para cá o Mundialito de Futebol. Toda a gente disse que aquilo ia ser uma desgraça, que era uma coisa de miúdos, e que ia ser uma coisa muito má para Vila Real de Santo António. E, realmente, depois, verificou-se que, atrás das crianças, vinham os pais, os avós. Estava-se a falar antes das coisas acontecerem. Quando foi a requalificação da entrada de Vila Real, de quem vem de Castro Marim, gritou-se aqui d'El rei que os espanhóis não conseguiam entrar em Vila Real de Santo António, que aquilo era muito estreito, que os carros não conseguiam dar a volta. Quando foi a requalificação da estrada das Hortas, muita gente dizia que não cabiam três carros e inclusivamente, com a ciclovía, era impossível três carros caberem ali e muito menos se fosse um autocarro ou um camião não conseguiam ali circular, como se essas coisas não tivessem normas de medidas universais para estradas. Recuando, quando foi o evento das Harley, aqui, em Vila Real de Santo António, muita gente dizia que era a pior coisa que podia haver, que iam fechar restaurantes, que ia fechar aquilo tudo, que os gajos das motos destruíam tudo e não sei quantos. Afinal de contas, foi um evento que levou a esgotar, em Monte Gordo, tudo aquilo que eram marisco e bebidas. Foi um evento do tempo de António Murta. Toda a gente estava contra. Depois, toda a gente queria as Harley. Houve dois ou três anos e depois, infelizmente acabou. Antes do evento acontecer, toda a gente falava mal e toda a gente criticava que iam fechar os restaurantes, que iam fechar os bares, que iam aproveitar para dar férias ao pessoal que esses gajos das motas vinham e partiam tudo. Isto antes de acontecer. Depois de acontecer tudo ficou encantado com aqueles eventos e foi uma pena que não tivessem continuado. Em relação ao passadiço, foi a mesma coisa. Toda a gente falava mal, toda a gente criticava que as pessoas iam bater lá com a cabeça, que as pessoas não podiam passar por baixo, etc. Em relação a estes temas, diz contactar com muita gente, não só de Vila Real de Santo António, mas também de fora, e é uma pena que os Vila Real de Santo António só passado algum tempo depois de utilizarem, comecem a dar valor, mas as pessoas de fora dão logo valor às coisas, àquilo que nós fazemos. E é impressionante como

Alc

Unu

as pessoas acham que Vila Real de Santo António tem mudado, de ano para ano, de uma forma positiva e de uma forma muito mais harmoniosa e com a atração de muito mais gente. Também a questão dos parquímetros, quando disseram que ia afastar toda a gente, não vejo gente a menos, aliás vejo gente a mais. Nós estamos em Julho e a faturação, já que em número de pessoas toda a gente vê, em faturação toda a gente está a faturar. Muita gente, muita restauração, muitos hoteleiros, acima dos dois dígitos ao ano. É muito, é muito importante. Ao longo dos anos ouviu-se falar em variadíssimas coisas, em variadíssimos projetos. A Câmara apresenta projetos e das bancadas da oposição ouve-se sempre a mesma coisa: “nós não estamos contra, nós até estamos a favor”, mas o voto é sempre contra. Nunca são capazes de votar a favor. -----

O Sr. Deputado Municipal **Vítor Manuel Figueiredo Fernandes Rosa** disse que queria apresentar uma informação referente a uma dúvida que estava no ar relativamente à questão do apoio às pessoas, aos promotores, aos concessionários daquela zona. Em dois mil e cinco, ainda este executivo não era poder, o POOC previa oito apoios de praia, neste momento prevê dezanove. Se não há intervenção deste executivo para que fossem salvaguardados os apoios de todos aqueles que têm estabelecimentos em Monte Gordo, então não sabe o que isto quer dizer. Mais. A Câmara, no seu relacionamento com a banca, reuniu com a banca, levou os promotores ao encontro com a banca de modo a ver as melhores formas de financiamento para os seus empreendimentos, para os seus investimentos. Portanto, a Câmara dedicou-se e acolheu as pessoas, dentro daquilo que era possível, tentando promover que as pessoas não ficassem desamparadas sem saberem informações sobre as melhores condições, sem com isso ter, obviamente, interesse económico. A Câmara tem ajudado, tem-se preocupado com esta situação. O futuro dirá do sucesso daqueles empreendimentos, mas é o jogo dos concessionários que têm o seu negócio com a Agência Portuguesa do Ambiente. Era isto o que tinha a dizer com o apoio e a indicação desta Câmara. -----

O Sr. Deputado Municipal **António Filipe Parra Martins** disse que se podia continuar a discutir e a trocar opiniões sobre a questão do passadiço e da praia de Monte Gordo e a forma como as coisas estão a ser feitas. Mas era importante reafirmar que havia necessidade de requalificar a praia de Monte Gordo há muitos anos. Ainda bem que ela vai acontecer. Agora a questão é a forma como ela vai acontecer e a CDU reafirma aqui as suas dúvidas, as suas preocupações. Ouve-se falar aqui de cabimentação e de verbas e de dinheiro. Será fundamental que aqueles que assumirem a autarquia em Outubro cabimentem também as

Acordo *Unanim*
despesas relativas à manutenção. Porque há bastantes exemplos do que são passadiços desde Caminha até à praia de Vila Real de Santo António: passadiços degradados, que rapidamente se degradam por falta da manutenção. E se é feito este investimento que se tem de acabar, é bom que haja que haja esta previsão. -----

A Sra. Deputada Municipal **Vanda da Encarnação Matias Fernandes** declarou que queria acrescentar aqui um bocadinho e que esperava que ninguém ficasse chateado. Disse que não percebia qual era a necessidade de uma obra aprovada pelos deputados do PSD vir ter agora afirmações por parte dos mesmos sobre uma obra que já estava aprovada. Mas eles quiseram-no fazer e fizeram-no muito bem, mas não percebe porque todos já o sabem muito bem. Quis ressaltar outro aspeto porque se queixaram de que havia necessidade de fazer os passadiços e tiveram de deixar, por influência de outros partidos, e outros, os apoios para depois de Outubro. Por que é que o passadiço não ficou também para depois de Outubro? Ser calhar, não tinha acontecido isto que aconteceu com o Tribunal de contas, nem com os fundos comunitários. E fazia-se tudo numa santa ordem. E não era esta "fossalice" para se fazer o passadiço. Temos ali o passadiço, porque há necessidade de requalificar, necessidade de fazer, mas não havia a necessidade de fazer já. Isso faz sempre jeito. Podem ficar chateados, mas isto foi apenas fazer obra para as eleições, ou não foi? E agora estão aqui as consequências. Era isto apenas que queria dizer e mais nada. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS** e do **BE** e a abstenção da bancada da **CDU**.-----

O **BE** apresentou uma declaração de voto que constitui parte desta ata e segue como anexo.-

O **PS** leu uma Declaração de Voto para a Ata: A bancada do Partido Socialista pretende declarar para a ata que votou contra, mas está a favor da requalificação da praia de Monte Gordo e que apenas não pode votar favoravelmente esta proposta pelo facto, como já referimos, de a mesma carecer de informação que permita aferir da sua legalidade. E porque não se trata de uma obra emergente e indispensável à segurança de pessoas e bens. Essas são as razões que nos levam a vota contra.-----

7. CONCURSO PÚBLICO PARA CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA; -----

Esta é uma proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de câmara de 18 de julho. -----

Univ. fe-he

Não houve intervenções. -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada UNANIMIDADE. -----

8. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO DA CDU – PELA URGENTE CONCRETIZAÇÃO DAS DIVERSAS RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 61/2016 DE 23 DE MARÇO, SOBRE AS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA NACIONAL 125; -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou que esta moção foi oportunamente e em devido tempo enviada aos representantes das diferentes bancadas. -----

O Sr Deputado Municipal Rui João Gutierrez Setúbal referiu que a bancada do Partido Socialista ia votar favoravelmente esta moção apresentada pela CDU, até porque ela vem trazer de forma clara e objetiva, veio demonstrar, que, de facto, as famosas poupanças das PPP's divulgadas pelo governo do PSD/CDS, aqui estão demonstradas como elas foram alcançadas, não à custa de renegociações, mas à custa de eliminação de obras. Aqui fica bem expressa esta situação. Quem é que renegociou estas PPP's que retiraram Vila Real de Santo António a Olhão do concurso? Foi o governo do Partido Socialista, que está no poder neste momento? Não foi o governo do PSD/CDS? Vamos lá ver. O que está aqui escrito, e está aqui dito, é que houve uma renegociação das PPP's. Falou-se muito na redução de custos porque o governo anterior tinha feito verdadeiras loucuras em termos de negócio das PPP's, tinha dado grandes margens de lucro às concessionárias, o que é facto é que aquilo que foi renegociado não foi a rentabilidade, mas sim a redução do investimento. Deixa-se de se pagar tanto porque houve uma redução de investimento e quem mais sofre com esta redução de investimento é a zona do Sotavento. Portanto, estamos a favor desta moção. Por outro lado, é bom referir que, pelo facto do governo ser da cor política desta bancada, não nos torna menos exigentes relativamente à defesa dos interesses do concelho, à defesa dos interesses do Algarve. -----

O Sr. Deputado Municipal António Filipe Parra Martins disse que à bancada da CDU, como proponente, competia-lhe a apresentação da moção. Assim, referiu que a moção fazia uma resenha do que é que foram os últimos anos, desde 2009, sobre adiamento o sucessivo das obras em toda a EN 125, desde Vila do Bispo até Vila Real de Santo António e, no fundo, em Janeiro de 2016, logo após a tomada de posse do atual governo, o PCP apresentou na Assembleia da República um projeto de resolução denominado "Conclusão das Obras de

Alb

immo

Requalificação da EN125". Esse projeto de resolução recomendava ao governo que fossem adotadas as medidas necessárias para que as obras de requalificação da EN125, abrangidas pelo contrato de subconcessão Algarve/Litoral, fossem concluídas rapidamente. Recomenda também ao governo que incumba a empresa Infraestruturas de Portugal que deverá ser dotada dos meios adequados para proceder ao lançamento e rápida conclusão de todas as obras inicialmente previstas para a EN125. E, por fim, proceda à renegociação do contrato de subconcessão Algarve/Litoral de modo a reduzir a taxa interna de rentabilidade da subconcessionária. No fundo, é isto: reduzir as grandes taxas de lucro que estas empresas têm. O Projecto de resolução do PCP de 2016 foi aprovado na Assembleia da República e o que esta moção diz, no fundo, é que a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, reunida hoje, 27 de Julho, delibera solicitar ao governo que desenvolva todos os esforços para a urgente concretização das medidas que constam desta resolução. No fundo, o que se está a pedir é que se cumpra aquilo que foi deliberado em Assembleia da República. E considera-se que não haverá muitas dúvidas de que a requalificação total da EN125 é fundamental para a circulação na região, para a segurança de quem aqui se desloca e independentemente de outros problemas que continuam a perturbar a nossa região, nomeadamente as portagens na Via do Infante. -----

O Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** disse que esta questão da EN125 é uma conversa recorrente e é interessante que votem a favor desta moção porque assim pode ser que consigam fazer mais força lá em cima no governo de forma a que efetivamente isto seja arranjado, a EN125. Agora o que é um facto é que uma coisa é falarmos de uma situação concreta, de uma situação de falta de fundos e que não havia mesmo outras condições para funcionarmos em termos de governo e outra coisa é falarmos na situação atual. E ouvir, por exemplo, declarações, como há dias, um responsável da EN125, das infraestruturas, que dizia que a EN125 estava praticamente toda pronta. Não se sabe onde. Isto é como quem diz, estas coisas, quando todos atuarem em conjunto, aí é que as coisas se fazem. Agora quando estas coisas são feitas, com aproveitamento político, quando estas coisas são feitas para tentar descobrir, acusar outros, e quando, pura e simplesmente se nega por que é que as coisas aconteceram há quatro anos, ou há dois anos atrás, por tinham que acontecer, porque, se calhar, pese embora toda a conversa que por aí vai, não havia outra alternativa para sairmos do atoleiro em que estávamos metidos. As pessoas, hoje, cantam de galo porque, entretanto as situações evoluíram e, se evoluíram é porque antes houve um trabalho de casa que foi feito e permitiu hoje estarmos com as

Almeida

Almeida

situações completamente diferentes e recordou também ao Partido Socialista que, quando estava na oposição, também dizia que acabava com as portagens e não acabou com portagens nenhuma na Via do Infante. Isso é que era bonito que a gente ouvisse aqui outro tipo de coisas. Quanto à CDU, a CDU está sempre numa posição muito fácil: é sempre contra, é sempre contra. Nunca tem culpa de nada. É fácil estar sempre no contra, estar sempre no contra. Pode ser que algum dia não estejam no contra. As únicas pessoas sérias neste país é o Bloco de Esquerda ou o Partido Socialista, agora um bocadinho mais sérios, antes não eram tão sérios, agora já riem um bocadinho e é o Partido Comunista. São todos muito sérios. Os artistas que estão deste lado são todos uns bandidos. Só roubam, só tiram. A posição da bancada do PSD, relativamente a esta moção, e para que fique mais ou menos definida, a bancada tem uma declaração de voto para fazer, vai votar contra. -----

O Sr Deputado Municipal **Vítor Manuel Figueiredo Fernandes Rosa** disse que o Sr. Deputado **António Filipe Parra Martins** não quis ler a moção. A moção, em traços gerais, diz que em 2009 alguém pensou na remodelação da EN125, depois veio o governo do PSD/CDS. E fala no governo do PSD/CDS seis ou sete vezes. E depois, assim que o governo do PS assume funções em Portugal já não fala mais em quem está a assumir funções em Portugal. Portanto, a moção é o PSD/CDS fez mal, fez mal, fez mal. E querem que o PSD aprove. Não dá. Estão a pedir que o PSD chumbe. Se dissessem assim numa moção: temos que juntar as hostes de Castro Marim e de Tavira para, em termos de Sotavento, fazer força em Lisboa, e que é uma vergonha que a EN125, neste troço do Sotavento, não tenha uma remodelação há mais de vinte anos, tudo bem. As últimas três remodelações que foram feitas na EN125 nos últimos quarenta anos começaram por Vila do Bispo. Se uma delas comesse por Vila Real de Santo António, tínhamos bermas. Mas até Santa Rita não temos bermas. Acabou-se o dinheiro. E agora acabou-se o dinheiro em Olhão e daqui a uns anos, se calhar, acaba-se o dinheiro em Portimão. Uma moção, para se tentar encontrar um consenso, tem que levar o consenso de todos. Agora dizer que o PSD/CDS é o mau da fita e dos outros nem sequer se fala, estão a pedir o quê? Concordamos que a EN125 é uma vergonha no Sotavento, que tem de ser reabilitada, concordamos com isso tudo. Não concordamos que o PSD e o CDS sejam só os maus da fita neste filme todo. É esta a posição do PSD. -----

A Sra Deputada Municipal **Vanda da Encarnação Matias Fernandes** declarou que, relativamente àquilo que o Sr. Deputado Municipal Vítor Rosa disse, acontece que se o PSD tivesse apresentado uma moção em que se incluísse Castro Marim, Vila Real de Santo António e não sabe que mais, para fazer este serviço, a CDU com certeza que ia aprová-la. É

Alc.

Mariano.

essa a grande diferença. Quando é para bem da população, a CDU põe-no à frente dos problemas políticos. -----

O Sr. Deputado Municipal **António Filipe Parra Martins** declarou que a CDU, na próxima reunião, quando trouxer cá novamente moções, voltará naturalmente a ler as suas moções para que não fiquem dúvidas sobre o seu conteúdo e, de facto, foi uma falha da CDU não a ler porque pensou que os deputados já tinham conhecimento do seu conteúdo. Mas, de qualquer forma, ficará aqui hoje, saindo desta assembleia municipal, que o PSD votou contra uma moção que apenas dizia o seguinte: solicitar ao governo que desenvolvesse todos os esforços para a urgente concretização das diversas recomendações constantes na resolução que foi aprovada na Assembleia da República no início de 2016. E, perante isso, os vila-realenses analisarão e tomarão as suas decisões. -----

Com a autorização da Sra. Vice-Presidente, tomou a palavra o Sr. Vereador **João Rodrigues** que disse que ia apenas, em função da discussão que tinha havido nesta assembleia sobre a requalificação da EN125, e pensava ser sua obrigação, dar um esclarecimento a esta assembleia sobre esta matéria. Não ia obviamente referir-se a quem caía a responsabilidade das PP's, quem cumpriu e quem não cumpriu, mas apenas um esclarecimento objetivo de uma reunião em que esteve presente a representar o município. Há dois anos, o Sr. Ministro das Obras Públicas, o Dr. Pedro Marques, esteve, a convite da AMAL, numa reunião para discutir diversos assuntos sobre o Algarve. Entre esses assuntos, obviamente que tinha de ser discutida a requalificação e o recomeço das obras da EN125. Depois da intervenção do Sr. Ministro, em que anunciou na AMAL que as obras iriam recomeçar e recomeçavam de Lagos até Faro. Questionou, então, o Sr. Ministro perguntando para quando a requalificação do troço Olhão-Vila Real de Santo António. Naturalmente que apresentou a argumentação que tinha que apresentar e a resposta do Sr. Ministro, há dois anos, foi que a requalificação do troço Olhão-Vila Real de Santo António era para o próximo ano, ou seja, para 2016. O que é facto é que estamos em fim de 2017 e essas obras não foram realizadas. Mais: esteve presente na assinatura do protocolo entre o governo espanhol e o governo português, representado na pessoa do Sr. Ministro, em que, depois da cerimónia da assinatura do protocolo das obras de requalificação da ponte sobre o Guadiana, voltou a questionar o Sr. Ministro sobre as obras de requalificação do troço Olhão-Vila Real de Santo António e a resposta do Sr. Ministro foi que as obras, em princípio, iam ser feitas no ano 2018. Foram estas as respostas e as afirmações que o Sr. Ministro lhe deu, há dois anos numa reunião da AMAL e, há cerca de quatro meses, na reunião em que foi assinado o protocolo entre o

Henri

unus

voltadas, as bancadas da esquerda com a bancada da direita, nem quis pôr o problema nesses termos porque as pessoas não estavam nem à esquerda nem à direita, o problema que ele vê é que não há vontade da maioria em fazer consensos. Referindo a última reunião de câmara a que assistiu, e tinha assistido anteriormente e tinha verificado isso mais vezes, o PS fez duas propostas que deviam ser analisadas e que se procurasse consenso. Havia propostas da Câmara e o PS fez propostas alternativas. Está aí a Sra. Vice-Presidente Conceição Cabrita, que presidiu à sessão, que pode confirmar isso, e não houve o mínimo de procura de se fundirem as propostas e arranjar uma proposta só da Câmara. Não. A tendência logo é ir para votos. Como têm a maioria, acaba por falhar os consensos. E nunca há consensos porque esta maioria tem imposto a sua vontade sem procurar um mínimo de consensos. Isto é o que se verifica ao longo destes anos todos. Quando a oposição procura fazer propostas, são sempre rejeitadas. Umas vezes é porque nomeia o PSD e o CDS, outras vezes é porque nomeia o governo e o que se vai é à votação, como têm a maioria, vai votar em alternativa. A democracia não é só a ditadura da maioria. A democracia deve procurar o consenso com outros para depois também, quando procura, não ser sozinho a votar, os outros retribuírem também. Portanto, se não houver essa vontade de fazer consensos, nunca os haverá. -----

Interveio o **Sr. José Domingos**, que se identificou como fazendo parte da Comissão de Utentes da Via do Infante. Esta Comissão de Utentes reuniu com as Estradas de Portugal em Novembro e o que esta entidade afirmou foi que as obras começariam antes do fim do verão. Já estamos quase no fim do outro ano e as obras ainda não começaram. Diz que se falou sobre a Via do Infante, mas aqui tem-se um exemplo, quando alguém falou aí que dizem por fora uma coisa e depois votam outra. Pois, tem-se aqui um exemplo. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que também é deputado na Assembleia da República, fizeram propaganda para acabar com as portagens na Via do Infante e depois o senhor votou a favor das portagens. É só para esclarecer esta parte. Há gente que devia ver como é que é as votações na Assembleia da República, quem é que vota a favor, quem vota contra, e o PSD votou a favor das portagens. Referiu ainda que havia ali um senhor que refere que em Vila Real de Santo António faz-se muito mais dinheiro e que as pessoas de fora falam muito bem do trabalho que está a ser feito em Vila Real de Santo António. Certamente as pessoas falam mal dos parquímetros ou então não lhes interessa haver. Também gostava de saber, quando o senhor fala, e diz que os comerciantes faziam muito dinheiro, por que é que os bancos saíram de Vila Real de Santo António, alguns cinco bancos. Então, se fazem mais dinheiro, os

Alcides

Manuel

governo espanhol e o governo português para a requalificação da ponte sobre o rio Guadiana. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma **não sido aprovada** com os votos contra da bancada do **PSD**.-----

A bancada do **PSD** leu Declaração de Voto: O **PSD** vota contra porque, por um lado, concordamos com a necessidade das obras de requalificação da EN125 se concluíam rapidamente. Mas, por outro lado, não nos podemos rever minimamente no conteúdo da moção e não podemos deixar de denunciar aquilo que, em nosso entender, não é mais do que uma tentativa, tal como já vem sendo hábito da **CDU**, de se demarcar da sua responsabilidade deste tipo de processos. De facto, as obras de requalificação têm-se vindo sistematicamente a atrasar, sendo inaceitável nomeadamente que, até ao momento, ainda não se tenha anunciado o troço Olhão-Vila Real de Santo António. Mas sabemos as razões que levam a isto. No essencial, são o resultado das conhecidas situações de subfinanciamento e nomeadamente as cativações que, em 2017, atingiram rapidamente o valor de mil milhões de euros. Ora, não será de mais recordar que esta situação, e nomeadamente a aprovação dos Orçamentos de Estado dos últimos dois anos, conta com a conivência do **PCP** e do **BE**. Assim, ao invés de trazer para a Assembleia Municipal moções a recomendar ao governo que conclua rapidamente as obras da EN125, o **PSD** desafia a **CDU** a fazer estas exigências diretamente ao governo e que anuncie publicamente que não aprovará o Orçamento de Estado para 2018 se o Algarve, como tem acontecido nestes últimos dois anos do governo **PS**, com o apoio do **PCP**, **BE** e **PEV** continuar a deixar para trás obras e ações que, como no presente caso, são fundamentais para a região. -----

Passou-se ao período de intervenção do público, registando-se as intervenções de **Manuel Cândido Nunes Mariano, José Domingues e Pedro Pires**. -----

O **Sr. Manuel Cândido Nunes Mariano** disse que aqui foram discutidas coisas interessantes, como o passadiço e a EN125. Da parte do governo e da Assembleia da República, do Estado, em si, quando se fala do Algarve, esquece-se do Sotavento como está esquecido o troço Olhão-Vila Real de Santo António. Isto é também porque os municípios do Sotavento estão de costas voltadas uns para os outros e viu pelas notícias que confirmam o que o vereador João Rodrigues disse que 2018 será o início da obra. Portanto, temos ainda de esperar um ou dois anos ou três para o arranque dessa obra. Outro assunto é o problema do consenso aqui na Assembleia. As pessoas queixam-se de que não há consenso, de que estão de costas

Alm

Alm

bancos deviam estar cheios de dinheiro, toda a gente ia ao banco pôr dinheiro. Sobre o passadiço de Monte Gordo, gosta daquela obra porque faz muitas caminhadas à noite para refletir sobre o próximo dia e para esquecer o passado do dia anterior e simpatiza com o passadiço. Mas alguém falou depois que os pregos começam a saltar. Já está. Já há crianças a cair porque os pregos precisam de ser vistos e fazer uma revisão daquela obra. Pensava que o problema dos passadiços estava resolvido. Enganou-se. Fizeram uma grande festa, mas como é que fazem uma grande festa e o problema do pagamento não está resolvido? Qualquer coisa está mal. Então, aonde é que foram buscar o dinheiro para o fogo, para a comida, para essa situação? Há alguma confusão. E queria deixar um recado aqui ao Sr. Vítor Rosa. Esteve a almoçar com a Sra. Presidente da Câmara de Silves, e ele tinha dito, há tempos, que a Câmara não passava competências às Juntas. Ela está disposta a esclarecê-lo sobre as competências que a Câmara de Silves deu às Juntas de Freguesia. O senhor devia estar mal informado, então devia falar com ela que ela estava disposta esclarecer. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** disse que não era de supor que depois das perguntas se estivesse aqui com respostas, mas que ia tentar, junto de todas as bancadas, alguma intervenção. Mais disse o Sr. Presidente da Assembleia que ele próprio foi chamado à atenção como Deputado da Assembleia da República. Então, gostava de dizer só ao Sr. José Domingos que a lista que representa perdeu com 1,3 por cento as eleições no Algarve. E sabem por que perderam: porque foram os únicos que disseram que não desciam, que não aboliam as portagens na Via do Infante e isso saiu-lhes caro. Disseram porque era isso que deviam fazer. Durante estes quatro anos, não era possível abolir as portagens na Via do Infante. Quem disse que abolia as portagens na Via do Infante é quem apoia agora o governo. Foi o Bloco de Esquerda que disse que, no imediato, abolia as portagens na Via do Infante e foi o Partido Comunista. Quanto ao Partido Socialista, que está no governo, está aqui o cartaz da altura que diz: reduzir, de imediato, as portagens em cinquenta por cento, mas passar para uma Via do Infante tendencialmente gratuita. Ou seja, durante estes quatro anos passar a gratuita e, no imediato, reduzir a cinquenta por cento. Portanto, se está aqui a dizer quem é que tem coluna vertebral, somos nós. De facto, custa muito votar contra as portagens na Via do Infante, mas foi isso que disseram na campanha eleitoral. E aí está quem disse que reduzia cinquenta por cento e quem disse que abolia de imediato: são os três que aprovaram os orçamentos e estão preparados para votar no terceiro e reduziram quinze por cento. Portanto, quanto a isto, estamos conversados. E não intervirá mais sobre o assunto.

Para Mano

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia perguntou às bancadas, porque não era habitual, depois da intervenção do público haver intervenções, quem é que queria intervir. -----

A Sra Deputada Municipal **Vanda da Encarnação Matias Fernandes** disse que, de acordo com o regulamento desta Assembleia, depois do período do público, quem responde às perguntas que o público faz ou é o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia ou é a Sra. Vice-Presidente, na substituição, não os senhores Deputados Municipais. Inclusivamente, há uns anos atrás, houve um vereador tentou responder e o senhor presidente não o deixou e inclusivamente foi insultado. Portanto, isto é o que diz o regulamento. Não nos vamos pôr todos aqui a responder. Em relação ao funcionamento da assembleia, nunca viu, no meio de uma assembleia, interromper-se a votação para um deputado falar. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** disse que, relativamente ao funcionamento da Assembleia, respondia pelos erros que também cometia no seu funcionamento. Havendo dúvidas sobre o cumprimento da Assembleia, quem esclarecia o que se fazia era o plenário, depois disso, havia um partido que tinha a maioria. A democracia é terrível: há partidos que têm mais votos e há partidos que têm menos votos e, portanto, poderia colocar as questões para plenário. Não vai colocar as questões para plenário. As questões foram colocadas pelo público, deu por encerrado, e pedia desculpa aos senhores deputados que pediram a palavra. E passou a palavra à Sra. Vice-Presidente para concluir. -----

A Sra. **Vice-Presidente** disse que só queria esclarecer o Sr. Mariano, como o garante aqui a presença dos senhores vereadores, que o Sr. Mariano felizmente os tinha acompanhado ultimamente nas sessões de Câmara, ultimamente, mas para lhe dizer que tinha havido consensos. Algumas propostas, sempre que entenderam, no seu caso, ou do PS, ou da CDU, tem havido consensos. Não está aqui a justificar e apenas a dizer que já são doze anos que tem lá na Câmara, mas, nestes últimos doze anos, tem havido alguns consensos para bem do concelho, sempre que, em seu entender, seja a proposta mais credível para avançar. E recordou uma moção que foi feita em conjunto sobre a Caixa Geral de Depósitos. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** disse que uma das coisas que o Regimento previa era a defesa da honra. E pensa que as duas intervenções do público, independentemente das opiniões que transmitiram, não tenham colocado problemas de defesa da honra. Ele próprio foi levado a responder porque foi interpelado diretamente. Se houve algum dos senhores deputados que foi interpelado diretamente, o que ele não recorda, pelas intervenções do público, poderia dar-lhe a palavra para que possa haver alguma conferência. Não lhe parecia que tal sucedesse. Uma coisa era discordar, e ele poderia ter discordâncias sobre aquilo que

foi dito. Não havendo questões de defesa da honra, encerrava por aqui esta questão, porque se não a discussão não tinha fim. -----

O Sr. **Pedro Pires** disse que, depois das explicações do Sr. Presidente, já tinha pouco a dizer. E que achava que o Regimento o que diz da intervenção do público é para interpelar a Assembleia ou a Câmara Municipal para levantar questões do nosso município. Não para todos nós criticarmos as opiniões dos deputados municipais. Porque se não todos os que estão no público concordam ou discordam das opiniões dos que estão nas bancadas. Este momento serve para levantar questões à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. Não devia interferir, não devia dizer isto, mas já agora que toda a gente pode dizer o que pensa, aproveita este momento para dizer boa noite. -----

Não havendo mais questões, e estas questões são sempre mais sensíveis na parte final de uma assembleia, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal mandou proceder à leitura da minuta da ata. -----

Foi feita em voz alta a leitura desta Ata, sob a forma de minuta, e que refere o texto principal das deliberações. -----

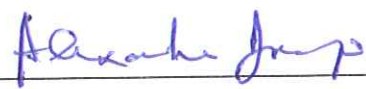
A Minuta da Ata foi colocada a votação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**.-----
Não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas 23 horas e 30 minutos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Primeiro Secretário,


(José Carlos Costa Barros)




(Alexandre Hermínio Drago Madeira)



Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António
Declaração – Construção do passadiço sobrelevado na praia de Monte Gordo

Vila Real de Santo António

Apesar do Bloco de Esquerda estar a favor da requalificação da praia de Monte Gordo desde que esta não prejudique as concessões já existentes, vota contra porque não estão reunidas as condições legais e financeiras para a execução da obra.

Por tudo acima referido o Bloco de Esquerda vota contra.

Vila Real de Santo António, 25 de julho de 2017

A Deputada eleita pelo Bloco de Esquerda em regime de substituição

Bloco de Esquerda

Vila Real de Santo António



1. The first part of the paper is devoted to the study of the properties of the function $f(x)$ defined by the equation

$$f(x) = \int_0^x f(t) dt$$

It is shown that the function $f(x)$ is continuous and differentiable at every point x of the interval $[0, 1]$. The derivative of the function is equal to $f(x)$ itself. The function $f(x)$ is also shown to be bounded on the interval $[0, 1]$.

2. In the second part of the paper, the properties of the function $f(x)$ are studied further. It is shown that the function $f(x)$ is also bounded on the interval $[0, 1]$.

3. The third part of the paper is devoted to the study of the properties of the function $f(x)$ defined by the equation

$f(x) = \int_0^x f(t) dt$. It is shown that the function $f(x)$ is continuous and differentiable at every point x of the interval $[0, 1]$.

4. The fourth part of the paper is devoted to the study of the properties of the function $f(x)$ defined by the equation

$f(x) = \int_0^x f(t) dt$. It is shown that the function $f(x)$ is continuous and differentiable at every point x of the interval $[0, 1]$.

5. The fifth part of the paper is devoted to the study of the properties of the function $f(x)$ defined by the equation

Manoel
Manoel



Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António
Declaração de voto
Cessação de contratos programa celebrados entre o município de Vila Real de Santo António e a VRSA – Sociedade de Gestão Urbana EM SA.

O Bloco de Esquerda considera que cada deliberação desta assembleia deve refletir a análise de uma questão concreta e única. Não nos parece admissível a existência de propostas de deliberação que incluam assuntos ou temas diversos. Esse estratagema impede que se analise e vote individualmente cada proposta.

Por não concordar com a estratégia de apresentação destes 4 contratos em simultâneo o Bloco de Esquerda vota contra.

Vila Real de Santo António, 25 de julho de 2017

A Deputada eleita pelo Bloco de Esquerda em regime de substituição

Bloco de Esquerda
Vila Real de Santo António



Ilmu *fer*
Wally



Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António
Declaração de voto
Celebração do acordo relativo às condições de utilização dos campos de padel do complexo desportivo de Vila Real de Santo António

Consideramos que há um bem concessionado-quatro campos de padel num regime de utilização total que significa um contrato desequilibrado para a autarquia. O investimento de 50 mil euros por parte do segundo outorgante para ser amortizado a vinte anos representa a quantia irrisória de 208 € mensais, o que para uma autarquia com graves problemas financeiros parece-nos uma péssima opção.

Por tudo acima referido o Bloco de Esquerda vota contra.

Vila Real de Santo António, 25 de julho de 2017

A Deputada eleita pelo Bloco de Esquerda em regime de substituição

Bloco de Esquerda

Vila Real de Santo António



illegible

DECLARAÇÃO DE VOTO


O PSD vota contra porque, por um lado, concordamos com a necessidade de as obras de requalificação da 125 se concluírem rapidamente, mas, por outro lado, não nos podemos rever minimamente no conteúdo da Moção e não podemos deixar de denunciar aquilo que, em nosso entender, não é mais do que uma tentativa (tal como já vem sendo hábito) de a CDU se demarcar das suas responsabilidades neste tipo de processos.

De facto, as obras de requalificação têm-se vindo sistematicamente a atrasar, sendo inaceitável, nomeadamente, que até ao momento ainda não se tenham iniciado no troço Olhão/Vila Real de Santo António.

Mas sabemos as razões que levam a isto: no essencial, são o resultado das conhecidas situações de subfinanciamento, e nomeadamente das cativações que, em 2017, atingem praticamente o valor de mil milhões de euros.

Ora, não será de mais recordar que esta situação, e nomeadamente a aprovação dos Orçamentos de Estado dos últimos dois anos, conta com a conivência do PCP e do PEV. Assim, ao invés de trazer para a Assembleia Municipal Moções a recomendar ao Governo que conclua rapidamente as obras da 125, o PSD desafia a CDU a fazer estas exigências directamente ao Governo e que anuncie publicamente que não aprovará o Orçamento de Estado para 2018 se o Algarve (como tem acontecido nestes últimos 2 anos de Governo PS, com o apoio de PCP, BE e PEV) continuar a ser claramente deixado para trás no financiamento de obras e acções que, como no presente caso, são fundamentais para a Região.

O m' voto é Contra.



Carvalho

